

TRANSFERÊNCIA DE RENDA X PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO NEODESENVOLVIMENTISMO

Maria da Conceição da Silva Cruz¹

Jéssica Maria de Souza Mélo²

Emanuelle Galdino de Oliveira Moura³

RESUMO: Este artigo contém parte dos resultados de pesquisas realizadas enquanto aluna do programa de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPB).⁴Esses estudos deram suporte para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso⁵ e serviram de base para a pesquisa iniciada no mestrado, tendo a propositura de dar continuidade às pesquisas sobre o tema, visando alargar o campo de análise na Pós-Graduação, considerando o discurso do combate à pobreza no novo-desenvolvimentismo, especificamente a função do Programa Bolsa Família. O novo-desenvolvimentismo busca novos meios de exploração do trabalho, tentando maquiar os efeitos devastadores de sua atuação através da ideia de maior investimento no social, mas o que na verdade se estabelece é a perpetuação da situação de pobreza, que beneficia diretamente o grande capital, considerando que este alia à transferência de renda formas contemporâneas de exploração do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Transferência de Renda; Equidade Social; Neodesenvolvimentismo.

Em meados da década de 1990 a América Latina experimenta a inflexão da ideologia neoliberal, que propõe uma minimização do Estado frente ao trato das manifestações da “questão social” e uma maior participação do mercado no que tange a alocação de recursos. Podem-se destacar como principais características dessa ideologia as privatizações de empresas estatais, perdas de direitos trabalhistas, o Estado com funções mínimas de controle social e funções máximas de regulação das relações de mercado, abertura comercial e financeira, proliferação do chamado “terceiro setor” na tentativa de “suprir” a ausência do

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: guegajp@hotmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: jessicameloss@gmail.com

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: manuka.lee@hotmail.com

⁴ Através dos seguintes Projetos de Pesquisa: *Os programas de transferência de renda na agenda do novo-desenvolvimentismo latino-americano* (vigência 2011 - 2012), e *Conceito e crítica: o novo-desenvolvimentismo na América Latina* (vigência 2012 - 2013), ambos vinculados ao Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (GPT) do Departamento de Serviço Social da mesma instituição e orientados pela Professora Dra. Cláudia Gomes.

⁵ Trabalho de conclusão de curso com o título: *A assistência social e sua funcionalidade para o novo-desenvolvimentismo: uma abordagem crítica sobre a transferência de renda no Brasil*, que traz um apanhado geral dos estudos realizados em dois anos de pesquisa, com especial ênfase no último plano de pesquisa “Política de Assistência, Bolsa Família e combate à pobreza no Brasil.

Estado para com o social. Sendo assim é visivelmente colocada à lógica mercadológica na regência estatal.

As consequências causadas pela influência neoliberal privatização de importantes empresas estatais, desregulamentação do mercado de trabalho, entre outras – geram um descontentamento que se espalha por vários setores. É nesse contexto que surge o novo-desenvolvimentismo.

No Brasil a incidência do novo-desenvolvimentismo data, aproximadamente, do início dos anos 2000 e atinge seu “auge” no segundo mandato do governo Lula (2007-2010), bem como permanece como estratégia desenvolvimentista no governo Dilma Rousseff (com início em 2011) e tem sido alvo de inúmeras críticas por parte de alguns intelectuais.

Um dos principais objetivos do neodesenvolvimentismo é proporcionar um crescimento econômico combinado com uma melhor distribuição da renda. O neodesenvolvimentismo, segundo Castelo, aparece como uma “[...] espécie de terceira via na batalha pela hegemonia ideopolítica para formar uma estratégia de crescimento que se contraponha aos modelos já existentes na região” (2010, p.194).

Seguindo esse raciocínio, Giovanni Alves (2014) aponta o novo-desenvolvimentismo como um novo padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil, apresentando-se como alternativa ao neoliberalismo, e que embora tenha se originado do fracasso deste e apresente traços de sua continuidade, constitui-se como algo diferente.

Para este autor o novo-desenvolvimentismo é “uma doce farsa que alimenta promessas de modernização burguesa no Brasil” (ALVES, 2014, p. 52), que se beneficiou do momento positivo da economia global, que viabilizou redução do desemprego e crescimento da formalização, ao contrário do período de dominância do neoliberalismo que apresentou altas taxas de desemprego e crescimento da informalidade laboral.

Na concepção de Armando Boito Jr. (2012) o novo-desenvolvimentismo dá continuidade à política desenvolvimentista, todavia, o faz em uma conjuntura distinta e com aspirações mais moderadas, afirma que esse é o modelo de desenvolvimentismo possível no neoliberalismo. O autor, no entanto, enxerga algumas diferenças entre o velho e o novo-desenvolvimentismo, explica que quando comparado ao desenvolvimentismo de 1930-1980, o novo-desenvolvimentismo:

- a) Apresenta taxas de crescimento econômico bem mais modestas; b) confere importância menor ao mercado interno, isto é, ao consumo das massas trabalhadoras do país; c) dispõe de menor capacidade de distribuir renda; d) aceita a antiga divisão internacional do trabalho, promovendo uma reativação, em condições históricas novas, da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; e) é dirigido

politicamente por uma fração burguesa, a qual nós denominamos burguesia interna, que perdeu a veicidade de agir como força antiimperialista (s/p).

Assim como para alguns autores, o novo-desenvolvimentismo é uma nova roupagem do nacional-desenvolvimentismo, há outros que defendem diferenças entre esses dois projetos, a exemplo de Gonçalves (2012), o qual afirma que o neodesenvolvimentismo, em suas formulações, aponta os erros do nacional-desenvolvimentismo e posiciona-se como crítica ao Consenso de Washington⁶.

Analisando as visões dos diferentes autores sobre o novo-desenvolvimentismo, é notório, que a crítica a essa política está relacionada à sua estreita relação com o neoliberalismo, uma vez que o primeiro reproduz os princípios do segundo.

Apesar de trazer em sua nomenclatura o prefixo “novo”, na realidade, o novo-desenvolvimentismo aparece como uma colcha de retalhos, resultante do aproveitamento de aspectos “positivos” de outros modelos de política econômica que deram certo em algum momento da história e o incremento de novas estratégias de viabilização de crescimento econômico em curto prazo, restando como ação efetiva à redução dos índices de pobreza absoluta através de ações pontuais e focalizadas que não alteram de fato as causas do problema, mas apenas minimizam seus efeitos.

O novo-desenvolvimentismo busca novos meios de exploração do trabalho, tentando maquiar os efeitos devastadores de sua atuação através da ideia de maior investimento no social, mas o que na verdade se estabelece é a perpetuação da situação de pobreza, que beneficia diretamente o grande capital, considerando que este alia à transferência de renda formas contemporâneas de exploração do trabalho.

No entanto, contraditoriamente, não se pode negar que esta estratégia, de fato trouxe benefícios para o país, pôde-se perceber o crescimento econômico, a redução nos índices de pobreza absoluta, mas é inegável a continuidade da ideologia neoliberal e que o viés social preconizado pelo novo-desenvolvimentismo não passa de uma tentativa de mistificar seus reais objetivos.

Seguindo o raciocínio de garantir crescimento econômico com maior equidade social – que consiste como objetivo do novo-desenvolvimentismo – acabar com a fome e a miséria, ou seja, a superação da pobreza absoluta consta como primeiro item, de oito, das “Metas do

⁶ O consenso de Washington é a forma como ficou conhecida reunião convocada pelo *Institute for International*, com a presença de entidades como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano, que aconteceu em Washington em 1989, na qual foram discutidas medidas de ajustes macroeconômicos visando acelerar o processo de crescimento econômico e social dos países em desenvolvimento, medidas de caráter nitidamente neoliberal, entre as quais: liberalização financeira, taxa de câmbio competitiva, privatização.

Milênio” definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos anos 2000 para serem atingidas até 2015.

No Brasil o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi implantado com vista a reforçar o cumprimento desse objetivo, o BSM tem como foco de atuação, segundo dados do IBGE censo 2010, os 16,2 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R\$77,00 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e acesso aos serviços públicos.

Nesse sentido, de que forma são definidos os padrões de pobreza? Quais os critérios utilizados para sua mensuração? A Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal, não tem um parâmetro para medir os índices de pobreza, este varia de país para país, uma vez que é medido pelo valor da cesta básica de alimentos em cada localidade.

De acordo com Siqueira (2013), as possibilidades de identificar a linha de pobreza são diversas, para o Banco Mundial (BM) a linha de pobreza é estabelecida em U\$ 2,00/dia, para o Dieese o valor necessário para que o indivíduo suprir suas necessidades básicas é de R\$ 2.227/mês, para o BIRD a mensuração da pobreza está fixada em R\$ 120,00/mês para toda a família. Para autora o Brasil fez opção pelo critério do BM e do BIRD, sendo pobre àqueles que recebem até U\$ 2,00/dia, e extremamente pobre os que recebem até U\$ 1,00/dia.

A América Latina é hoje considerada a região mais desigual do mundo, sendo a região que apresenta uma das maiores taxas de concentração de renda do mundo.

Nos últimos anos verificou-se importante redução nos índices de pobreza na região, de acordo com dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal (2010) entre os anos de “1990 e 2011 a taxa de pobreza na América Latina teve uma redução de 17 pontos percentuais (de 48,4% para 31,4% da população), enquanto que a de indigência foi reduzida em 10,3 pontos (de 22,6% para 12,3% da população)”. Nos anos seguintes se verifica uma estagnação nesse processo de diminuição dos índices de pobreza e indigência.

No que tange à pobreza extrema, registrou-se uma trajetória semelhante. Houve uma baixa de 6,4 pontos percentuais entre 2002 e 2008, e de 1,2 pontos percentuais desde este último ano até 2013. A porcentagem de pessoas em situação de pobreza extrema manteve-se entre 11% e 12%.

Expusemos nas últimas linhas os dados referentes à diminuição da pobreza absoluta em nível de América Latina, a partir daqui nos deteremos à realidade brasileira, trazendo um brevíssimo resgate da trajetória da política social, seus desafios e limites, na tentativa de mostrar como a política social brasileira tem sido funcional ao neodesenvolvimentismo, no

sentido de “possibilitar” a equidade social proposta por este modelo econômico e apontando também os limites dessa funcionalidade.

A Assistência Social brasileira, por muito tempo, esteve marcada pelo viés do favor, do clientelismo, do apadrinhamento, expresso por ações assistencialistas, pelo descompromisso do Estado e pela filantropia. No entanto, tem-se conseguido avanços importantes na ruptura com esse estigma que durante um longo período marcou a Assistência Social no país como um não direito. Nesse sentido Boschetti argumenta que,

[...] É possível afirmar que esta política social enfrentou muitas resistências para ser legalmente reconhecida como direito e continua sofrendo enormes resistências na sua implementação como tal, porque ela é uma política em constante conflito com as formas de organização do trabalho (2003, p. 44).

A Constituição de 1988 é um marco importante para o trato com o social no Brasil, pois, além de prever garantia e ampliação de direitos civis, políticos, sociais e econômicos, insere a Assistência Social no campo da Seguridade Social assumindo o caráter de política de Proteção Social não contributiva.

Na conjuntura atual, a pobreza tem ganhado um destaque extraordinário, consideramos que a focalização na pobreza é apenas uma forma de desviar a atenção de questões mais agravantes. O Estado atende às exigências financeiras, mas intervém de maneira pontual nas expressões da “questão social”, realizando ações que perpetuam a condição de pobres e promovem o consumo. Santos (2012) nos adverte que,

A ‘questão social’ passa a ser enxergada, predominantemente, como sinônimo de ‘exclusão social’ e reduzida a pobreza. Esta redução estratégica das políticas sociais ao combate a pobreza é mais uma ferramenta de ‘desmonte’ do que se pretende afirmar como proteção social de cunho universalizante (p.441).

Sabemos que o Brasil é um país imensamente rico, mas que sua riqueza é altamente concentrada nas mãos de uma minoria. De acordo com dados do Censo (2010) do IBGE, 10% mais ricos ficaram com 44,5% do total dos rendimentos, enquanto que os 10% mais pobres ganhavam apenas 1,1% do total de rendimentos.

Ao longo dos anos tem-se notado um gradual avanço do gasto público com políticas sociais, dados da Cepal (2012) apontam que desde a década de 1990 há uma crescente evolução do gasto público com o social.

No caso brasileiro esse gasto se dá em maior parte através da transferência de renda, pelo Benefício de Prestação continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF) que consistem nas ações de transferência de renda com maior visibilidade e cobertura no país,

com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o Programa Bolsa Família, no mês de maio de 2015, foram gastos R\$ 2.306.454.411,00.

O PBF consiste no Programa de Transferência de Renda (PTR) que contempla o maior número de indivíduos no país, é regulamentado pelo decreto nº 5.209 da Presidência da República, no Art. 4º, de 17 de setembro de 2004, criado no ano de 2003, consiste na junção dos programas federais já existentes, são eles: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale-Gás e Cartão Alimentação. As famílias são selecionadas com base nas informações inseridas no Cadastro único, que é um instrumento utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda, possibilitando conhecer a situação socioeconômica dessas famílias.

A transferência de renda consiste no principal mecanismo de combate à pobreza no Brasil, o PBF atendeu no mês de fevereiro de 2015 cerca de 14.014.252 famílias, sendo classificadas como famílias pobres as que possuem renda mensal entre R\$77,01 e R\$154,00 por pessoa e extremamente pobres que possuem renda mensal de até R\$77,00 por pessoa.

Exige o cumprimento de condicionalidades de educação – como frequência escolar dos integrantes da família em idade escolar de seis a dezessete anos, o acompanhamento é realizado a cada dois meses; e condicionalidade de saúde – sendo cobrado o acompanhamento do calendário de vacinas, do crescimento e desenvolvimento das crianças com idade inferior a sete anos, bem como o acompanhamento das gestantes e nutrizes. Possui tipos variados de benefícios definidos com base no perfil das famílias registradas no Cadastro Único considerando as seguintes informações: a renda mensal por pessoa; o número de integrantes da família; o total de crianças e adolescentes de até 17 anos; bem como a existência de gestantes e nutrizes.

Essas condicionalidades configuram-se como uma intervenção meramente quantitativa. É notório o alto investimento em transferência de renda mínima, e um baixo investimento em educação pública de qualidade; crianças são obrigadas a frequentarem a escola, mas não tem a garantia de um ensino satisfatório que lhes proporcione um desenvolvimento humano.

Do mesmo modo acontece com o emprego, o programa brasileiro oferece incentivo às pessoas acima dos 16 anos de idade para que façam cursos profissionalizantes, mas há pouco investimento na criação de novos postos de trabalho.

Nesse sentido os programas de transferência de renda apresentam-se como ações paliativas frente às transformações no mundo do trabalho, especificamente sobre o desemprego.

Considerando esses aspectos, concordamos com Siqueira (2013, p. 192), quando afirma que “educação e saúde desempenham funções econômicas”, exercendo papel importante na continuidade do capital, oferecendo a este uma força de trabalho minimamente letrada e saudável. Sendo extremamente funcional a reprodução do contingente excedente de trabalhadores tão necessário a acumulação capitalista.

Concordamos com a autora no sentido de que a educação e a saúde são funcionais a continuidade do capitalismo, mas oferecem mais do que uma força de trabalho minimamente letrada.

O exército de reserva que está hoje à disposição do capital é um exército altamente qualificado com nível técnico e superior, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que mencionamos brevemente páginas atrás, é um programa do Ministério da Educação destinado ao público do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), e oferece cursos gratuitos de qualificação profissional.

Segundo dados do *Caderno de Resultados do BSM 2011-2014*, neste período o programa atingiu 1,57 milhão de matrículas em cursos de qualificação profissional, ultrapassando a meta do próprio programa que era de 1 milhão de matrículas⁷.

Ainda sobre educação, temos também o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni). O Fies é destinado ao financiamento da graduação de estudantes matriculados em universidades privadas e segundo dados *Senso da Educação Superior (2013)*⁸ entre 2010 e 2013 foram formalizados 1,1 milhão de contratos.

O Prouni é destinado a estudantes que concluíram o ensino médio em escolas públicas e/ou foram bolsistas integrais de escolas privadas, concede bolsas integrais e parciais em cursos de graduação em instituições de ensino superior particulares. Em 2014 o número de bolsas de estudos concedidas foi de 306.726, sendo 205.237 bolsas integrais e 101.489 bolsas parciais⁹.

Pois bem, todo o investimento realizado é no sentido de diminuir o índice pobreza e miséria no país, o que de fato vinha acontecendo. Mas também contribui para reprodução do exército de reserva, oferecendo ao capital uma força de trabalho excedente e qualificada. No

⁷ Dados do caderno de resultados do Plano Brasil Sem Miséria 2011-2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/documentos/Caderno,P20de,P20Graficos,P20BSM,P20,P203,P2C5,P20anos2.pdf.page.speed.ce.YzRMK_rN31.pdf> Acesso em: maio de 2015.

⁸ Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/encontro_nacional/2013/palestra_censo_educacao_superior_evolucao_do_fundo_de_financiamento_estudantil.pdf>. Acesso em: maio de 2015.

⁹ Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: maio de 2015.

entanto, é muita gente diplomada e qualificada para pouca oferta de postos trabalho. Nesse sentido Alves (2014) afirma que,

Pode-se dizer que a maioria das pessoas formadas no ensino superior na década de 2000 nas universidades, centros universitários ou faculdades privadas constitui-se de jovens da ‘nova classe trabalhadora’, a maior parte deles do interior do país, que utilizaram recursos públicos para acessar o ensino superior (ProUni, Fies ou Pronatec). Esta força de trabalho titulada com diplomas universitários na década de 2000 é constituída por jovens empregados de baixa qualificação, que, mesmo titulada (e endividada) [...] ocupará postos subalternos e precários na indústria e nos serviços (p. 59).

Esse aumento de indivíduos com maior nível de qualificação tem implicações diretas nas relações de trabalho. O exército de reserva subjuga a massa de trabalhadores empregados às exigências do capital e o número cada vez maior desse exército de reserva leva os indivíduos a se inserir em ocupações não condizentes com o nível de qualificação que possuem. Essa situação põe por terra, também, o princípio liberal da individualidade “você quer, você pode”.

Nesse sentido, entendemos que se torna cada vez mais distante a concretização do crescimento econômico com equidade social proposto pelo novo-desenvolvimentismo, uma vez que a degradação das relações de trabalho aumenta o fosso que separa “pobres e ricos” no que tange o acesso aos bens produzido no capitalismo.

Voltando a questão da redução da pobreza, dados da Cepal (2014) mostram que entre 2012 e 2013, no Brasil foi registrada uma queda da taxa de pobreza de 0,6 pontos percentuais. Dados do próprio MDS apontam uma diminuição considerável no alcance do PBF, em fevereiro deste ano o número de famílias beneficiadas foi de 14.014.252, no mês de maio de 2015, o número de família caiu para 13.732.792, uma redução de 281.460, o índice registrado em julho de 2013 alcançou 40.751 famílias a mais, comparado a maio deste ano, de acordo com dados¹⁰ do MDS, 13.773.543 famílias foram beneficiadas no mês de julho de 2013.

Entendemos que a política social tem sido cada vez mais reduzida a ações de combate à pobreza operando pela via do consumo através dos programas de transferência de renda, logo, esses programas de transferência de renda acabam assumindo a centralidade no debate da política social como principal mecanismo de reprodução da força de trabalho.

Nesse sentido Netto (2012) afirma que,

A política social dirigida aos agora qualificados como *excluídos* se perfila, reivindicando-se como inscrita no domínio dos *direitos*, enquanto específica do tardo-capitalismo: não tem nem mesmo a formal pretensão de erradicar a pobreza, mas de enfrentar apenas a penúria mais extrema, a indigência – conforme seu

¹⁰ Dados referentes a maio de 2013.

próprio discurso, pretende confrontar-se com a *pobreza absoluta* (vale dizer, a miséria extrema) (p. 428).

O neodesenvolvimentismo almeja o crescimento econômico, sem esquecer-se do trato com o social, e para obter êxito nessa façanha tem as políticas sociais como uma aliada importante, utilizando mais precisamente, a transferência de renda, que lhe permite interferir em ambos os campos ao mesmo tempo, visto que os programas de transferência de renda além de alterar os índices de pobreza, permitem o aumento do consumo de bens de mercado.

Assim, no campo das Políticas Sociais brasileira, os Programas de Transferência de Renda passaram a ser o principal investimento social realizado pelo Estado. Devido a esses programas, o investimento público social tem aumentado, pois, os PTR têm a capacidade de melhorar os indicadores sociais em curto prazo e são vistos como principais mecanismos de combate à pobreza pelos organismos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o modo de produção capitalista é um sistema de relações contraditórias e que como nos afirma Netto e Braz (2009) como “expressão concentrada das contradições inerentes ao MPC, a crise é *constitutiva* do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (p. 157). Os autores afirmam que no intervalo entre uma crise e outra há um “ciclo econômico” e nesse ciclo é possível identificar quatro fases, quais sejam: crise, depressão, retomada e auge; esses ciclos tinham uma duração aproximada de oito a doze anos até a crise de 1929 e após a Segunda Guerra Mundial esses ciclos foram encurtados.

Seguindo nesse raciocínio os autores supracitados afirmam que não há uma única causa para as crises e que essa é resultado da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista, eles apontam *a anarquia da produção, a queda da taxa de lucro e o subconsumo das massas trabalhadoras* como sendo as causas mais determinantes para a eclosão da crise.

Netto (2012) afirma que o capitalismo está “experimentando uma crise de natureza sistêmica, que se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital” (p.416). Nesse sentido Mézáros afirma que,

A crise estrutural do sistema do capital como um todo – qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural. (2011, p. 17).

Temos vivenciado essa realidade, a crise do capitalismo tem causado consequências em todos os setores da vida cotidiana. A crise no setor econômico atinge todos os âmbitos da vida dos indivíduos e atinge principalmente àqueles que estão na base do sistema – os trabalhadores. Ademais disso Marx assinala que,

A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite. (MARX, *apud*, NETTO & BRAZ, 2009, p. 161).

As progressões não são animadoras e os dados descritos anteriormente mostram que mesmo em uma situação econômica estável o país não conseguiu manter os níveis de redução nos índices de pobreza.

Dados da nossa pesquisa realizada em 2013 apontam que, de acordo com dados¹¹ do MDS, 13.773.543 famílias foram beneficiadas no mês de julho de 2013, um total de 40.751 famílias a mais do que as beneficiadas em maio de 2015.

Nesse sentido, apontamos que esses programas não surtirão efeitos tão volumosos na diminuição dos índices de pobreza, dado que o quadro econômico brasileiro está passando por uma forte recessão, sendo anunciados cortes orçamentários que deveras atingem diretamente os programas sociais.

Partindo do fato de estarmos sobre as rédeas do modo de produção capitalista e que este, por estar fundado na exploração da força de trabalho, tem de um lado indivíduos com uma enorme concentração de riqueza e, de outro, indivíduos vivendo na miséria, tendo a desigualdade como algo inerente, é estrutural desse modo de produção e, portanto, não há como estabelecer uma situação de igualdade social nem econômica nos marcos dessa sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauri: Práxis, 2014.

BOITO, Armando. A economia capitalista está em crise e as contradições tendem a se aguçar. **Jornal Brasil de Fato**, 2012. Disponível em:
<<http://www.brasildefato.com.br/content/%E2%80%9C-economia-capitalista-est%C3%A1->

¹¹ Dados referentes a maio de 2013.

em- crise-e-contradi% C3%A7% C3%B5es-tendem-se-agu% C3%A7ar% E2% 80% 9D>.
Acesso em: 10 de dez de 2012.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento e Social e Combate à fome. Disponível em:
<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 03 de mar de 2015.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama Social da América Latina 2010**. Disponível em:
<<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/41806/PSP-panoramasocial2010.pdf>>. Acesso em: 08 de maio de 2012.

_____. **Panorama Social da América Latina 2012**. Disponível em:
<<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/5/48455/PanoramaSocial2012.pdf>>. Acesso em 23de jul de 2013.

_____. **Panorama Social da América Latina 2014**. Disponível em: <
<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/37706>>. Acesso em 23de jun de 2015.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, out-dez, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2 ed. (rev. e ampliada). São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A questão social na América Latina. In: GARCIA, Maria Lucia Teixeira; RAIZER, Eugênia Célia (Orgs.). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. Vitória: EDUFES, 2012. p. 83-111.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n.111, p. 430-449, jul-set, 2012.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos.** São Paulo: Cortez, 2013.